

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**ANA CRISTINA MARTINEZ**

**ÍNDIOS *ONLINE***: Subsídios para a aplicação da Lei 11.645  
através de recursos de hipermídia de autoria indígena.

**Florianópolis**

**2016**

**ANA CRISTINA MARTINEZ**

**ÍNDIOS *ONLINE*: Subsídios para a aplicação da Lei 11.645  
através de recursos de hipermídia de autoria indígena**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora Antonella Maria Imperatriz Tassinari.

Co-orientador Alexander Cordoves

**Florianópolis**

**2016**

ANA CRISTINA MARTINEZ

**Índios *online*:** Subsídios para a aplicação da Lei 11.645  
através de recursos de hipermídia de autoria indígena.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em  
Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto  
de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.  
Apresentado como requisito parcial à obtenção do título  
de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola  
(GDE).

Aprovado em:  
Banca Examinadora:

---

Profª (Orientadora)  
Universidade

---

Profª (banca)  
Universidade

---

Profª (banca)  
Universidade

*Dedicatória*

Davi, Lorenzo e Mellany.

## **AGRADECIMENTOS**

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## RESUMO

Resumo: O desenvolvimento deste trabalho teve como base os conteúdos e habilidades propostas pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Secretaria de Educação do Município de Itajaí – SME e a lei n 11.645/2008 que torna obrigatória a temática de História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas nos estabelecimentos de Ensino no Brasil. A metodologia contou com as seguintes etapas: Seleção dos conteúdos e habilidades utilizadas citado explicitamente o tema sobre a História e Cultura Indígena no Brasil, nas diretrizes. Seleção dos artigos escritos e postados na rede “índios *online*”, que estejam com os conteúdos e habilidades em consonância com as diretrizes. A lei n 11.645/2008 tem a importância de garantir as discussões sobre a cultura indígena e africana, foi um passo importante, mas ainda é possível e preciso aprimorar mais as discussões e as perspectivas sobre as temáticas indígenas e africanas. Cabe ressaltar que a lei trata a História e a Cultura Africana e Indígena no singular, sendo, portanto, fundamental que a sua multiplicidade seja trabalhada em sala de aula.

Palavras-chave: História e Cultura Indígena; Ensino de História; Rede “índios *online*”.

## **ABSTRACT**

Abstract: The development of this work was based on the content and skills proposed by the Curriculum Guidelines for Teaching History of the Education Department of the Municipality of Itajaí - SME and Law n. 11.645/2008 that makes the subject of Afro-Brazilian History and Culture mandatory and In teaching establishments in Brazil. The methodology included the following steps: Selection of the contents and skills used explicitly quoted the theme on the History and Indigenous Culture in Brazil, in the guidelines. Selection of articles written and posted on the "índios online " network, with content and skills in line with the guidelines. Law 11,645 / 2008 has the importance of ensuring discussions on indigenous and African culture was an important step, but it is still possible and necessary to further improve discussions and perspectives on indigenous and African issues. It is noteworthy that the law deals with the indigenous and African singular, so it is important to bring the discussions to the classroom.

Keywords: Indigenous History and Culture; History teaching; Network "índios online".

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

SME - Secretaria Municipal de Educação

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
1.1METODOLOGIA .....	10
<b>2 ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>10</b>
2.1 ENSINO DE HISTÓRIA & TEMÁTICA INDÍGENA .....	12
2.2 ENSINO DE HISTÓRIA E OS MEIOS TECNOLÓGICOS .....	15
<b>3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO.. .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 REDES SOCIAIS <i>ONLINE</i> .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 INCLUSÃO DIGITAL INDÍGENA.....</b>	<b>18</b>
<b>4 DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ .....</b>	<b>19</b>
<b>5 MEIOS DE COMUNICAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>6 ARTIGOS DA REDE ÍNDIOS <i>ONLINE</i> .....</b>	<b>23</b>
6.1 A REDE “ÍNDIOS ONLINE” & SALA DE AULA .....	24
6.2 LUTA E REIVINDICAÇÕES POR SEUS DIREITOS .....	25
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história e cultura Afro-brasileira e Indígena no Brasil, são temáticas obrigatórias nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio público e privado no Brasil por meio da Lei n 11.645/2008. O Ensino de História por narrar a história e cultura dos seres humanos no tempo, já faz parte da matriz curricular, mas ainda é pouco abordada pela perspectiva indígena<sup>1</sup>. A versão indígena da história não está inserida nos livros e materiais didáticos, mesmo sendo fundamental tanto para a historiografia, como para conhecimento escolar e sociocultural. A pesquisa será sobre a produção de artigos de autoria indígena postados na rede intitulada de “Índios online”<sup>1</sup> no ano de 2016, e a possibilidade de uso deste material em sala de aula, pensando nos anos finais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de cidade de Itajaí.

Considero que a perspectiva indígena sobre a sua história e cultura, amplia os conhecimentos sobre a história do Brasil, no viés ainda pouco estudado, além de contribuir para uma consciência de pertencimento dos povos indígenas como parte integrante e fundamental da sociedade brasileira. A proposta visa também possibilitar uma maior interlocução entre estudantes e indígenas, buscando fomentar o diálogo e o respeito à diversidade.

A história e cultura de comunidades indígenas no Brasil, na perspectiva do índio. Visão que não está inserida nos livros e materiais didáticos, mesmo sendo fundamental tanto para a historiografia, como para conhecimento escolar e sociocultural. Além disso, as redes públicas de ensino são as estabelecedoras dos conteúdos e habilidades que devem ser ministrados para os estudantes. Somente as estratégias e avaliação que ficam a cargo do professor, que nem sempre a perspectiva do mesmo e das discussões sociais e historiográficas atuais.

A pesquisa tem como objetivo geral a análise de conteúdo de artigos selecionados de autoria indígena no Brasil, divulgados em na rede “índios *online*”, para a utilização destes em sala de aula. Os artigos selecionados estão em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Secretaria de Educação do Município de Itajaí – SME, nas perspectivas das histórias e culturas indígenas pelos próprios índios. E a utilização de materiais produzidos por comunidades indígenas em sala de aula.

---

<sup>1</sup> A lei 11.645/2008 trata da história e cultura Afro-brasileira e Indígena, o trabalho irá abordar somente a temática indígena.

## 1.1 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho teve como base os conteúdos e habilidades propostas pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Secretaria de Educação do Município de Itajaí – SME e a lei n 11.645 de 10 março de 2008 que torna obrigatória a temática de História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio público e privado no Brasil. A metodologia contou com as seguintes etapas: Seleção dos conteúdos e habilidades utilizadas citado explicitamente o tema sobre a História e Cultura Indígena no Brasil, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da SME; Seleção dos artigos escritos e postados no portal “índios *online*”, que estejam em conformidade com os conteúdos e habilidades das Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Secretaria de Educação do Município de Itajaí – SME.

Levantamento de referencial teórico sobre as áreas do Ensino de História, uso de mídias, e história e cultura indígenas.

## 2 ENSINO DE HISTÓRIA

Como apontam os Parâmetros Curricular de História - PCN, o ensino de História pode ser caracterizado em dois momentos no currículo escolar, sendo o primeiro a introdução no século XIX. Tendo como objetivo principal a criação de uma “genealogia da nação”, após a independência do Brasil, foi elaborada a “história nacional”, com bases em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos. O segundo momento, orientado pela política nacionalista e desenvolvimentista, das décadas de 30 e 40 do século XX, o estado passou a intervir mais normativamente na educação.

Com a criação do Colégio Pedro II em 1937, a História surgiu como área obrigatória, com a predominância dos estudos literários de um ensino clássico e humanístico para a formação

de cidadãos proprietários e escravistas. A História era de grandes homens, com a prevalência para os estudos do espaço do Oriente Médio, berço a Antiguidade clássica e do monoteísmo, grego e romano.

Os objetivos da História do Brasil no currículo estavam voltados para a constituição da ideia de Estado Nacional com a articulação da Igreja Católica.

No mesmo ano de criação do Colégio Pedro II foi também criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A primeira proposta de História do Brasil elaborada pelo Instituto e que repercutiu no ensino de História destacava a contribuição do branco, do negro e do índio na constituição da população brasileira. Apesar de valorizar a ideia de miscigenação racial, ela defendia a hierarquização que resultava na ideia da superioridade da raça branca. Privilegiava o Estado como o principal agente da história brasileira, enfatizando alguns fatos essenciais na constituição do processo histórico nacional as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, a transferência e o desenvolvimento das instituições municipais portuguesas no Brasil, o papel dos jesuítas na catequese e as relações entre a Igreja e o Estado. A História era relatada sem transparecer a intervenção do narrador, apresentada como uma verdade indiscutível e estruturada como um processo contínuo e linear que determinava a vida social no presente (BRASIL, 1998, p. 20).

No final do século XIX, antes da República, surgia críticas à redução da História a classificação cronológica de dinastias e dos fatos notáveis dos dois Reinados.

No período republicano a História Nacional tinha como objetivo a integração do povo brasileiro à moderna civilização ocidental, na perspectiva linear, determinista e eurocêntrica. Surgiram propostas diferentes ao modelo oficial republicano, mas foram suprimidas.

Durante o Estado Novo com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, houve a acentuação do fortalecimento do poder central do Estado. O Ensino de História passou a ser um instrumento de desenvolvimento do patriotismo e da unidade étnica, administrativa, territorial e cultural da nação (BRASIL, 1998).

No debate educacional na década de 30, tornou-se vitoriosa a tese da .democracia racial. expressa em programas e livros didáticos de ensino de História. Por esta

tese, na constituição do povo brasileiro predominavam a miscigenação e a total ausência de preconceitos raciais e étnicos. O povo brasileiro era estudado como descendente de brancos portugueses, índios e negros, e, a partir dessa tríade, de mestiços. Nessa perspectiva, todos conviviam harmonicamente em uma sociedade multirracial e caracterizada pela ausência de conflitos. Cada etnia colaborava, com seu heroísmo ou com seu trabalho, para a grandeza e riqueza do país (BRASIL, 1998, p. 22).

Nesse discurso de legitimação de uma suposta “democracia racial” e invisibilização do racismo no Brasil, o Ensino de História perpetua imagens dos africanos como pacíficos e trabalhadores e dos indígenas como na visão romântica do “bom selvagem”, mas pouco propensos ao trabalho.

De uma maneira geral, o Ensino de História não mudou a sua essência no decorrer do período republicano até a ditadura militar. No decorrer das décadas de 70 e 80 do século XX, com as lutas dos profissionais de História e Geografia, começaram a repensar o ensino e querer a volta destas áreas ao currículo escolar.

Os métodos tradicionais de ensino passaram a ser questionados, e os livros didáticos foram criticados. Essas discussões e a sua continuidade, atualmente o processo de ensino está no processo de mudança, e uma delas é a diminuição da distância das discussões acadêmicas da educação básica.

## 2.1 ENSINO DE HISTÓRIA & TEMÁTICA INDÍGENA

Segundo os dados do censo/2010 no Brasil, existem aproximadamente 240 povos indígenas que falam 274 línguas distintas, contabilizando uma população com 896.914 pessoas que habitam todas as regiões do Brasil. Essa totalização inclui, segundo dados do IBGE/2010, destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país<sup>2</sup>.

Mesmo com uma diversidade e quantidade de população significativa e um legado histórico, a imagem que se tem sobre os povos indígenas ainda é estereotipada.

---

<sup>2</sup> Dados obtidos através do site do IBGE.

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas, está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biotipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas etc. (SILVA, 2002, p. 46).

Outra imagem do índio que foi imortalizada por José de Alencar no século XIX, na sua obra “O Guarani”, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais (ALENCAR, 1992).

No caso da escola, a imagem vinculada sobre as populações indígenas, limita-se ao primeiro momento do “Descobrimento do Brasil” em 1500, no início da Colonização e nas datas comemorativas no “Dia do Índio”. Quando ocorre, com frequência, com os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, são feitos enfeites à semelhança de indígenas que habitam os Estados Unidos, e as crianças são estimuladas a reproduzirem seus gritos de guerra.

Mesmo com as discussões e reformulação da Educação Básica, a lei n 11.645/2008, e as discussões em torno dos livros didáticos, o lugar destinado às populações indígenas continua sendo na formação da nacionalidade brasileira. E, depois, desaparecem nos textos dos livros didáticos, voltando a serem lembrados nos estudos da Literatura da época do Romantismo no Brasil. As populações indígenas, até recentemente, são estudadas na História do Brasil ou em Estudos Sociais como sendo de apenas um grupo étnico, o “Tupi-guarani”, e todas as “tribos”, moravam em “ocas” e “tabas”, era antropófago. (SILVA; FONSECA, 2002).

A desinformação, os equívocos e os *pré-conceitos* que motivam a violência cultural contra os povos indígenas, resultam das ideias eurocêntricas de "civilização", do etnocentrismo cultural e da concepção evolucionista da História, onde, no presente, os indígenas são classificados como “primitivos”, possuidores de expressões culturais exóticas ou folclóricas ainda preservadas, mas que determinadas a serem engolidas pelo “progresso” da nossa sociedade capitalista (SILVA; FONSECA, 2002, p. 47).

Nas regiões mais antigas da colonização portuguesa, no decorrer do século XIX, havia conflitos entre as Câmaras Municipais, no qual os vereadores latifundiários e fazendeiros eram contra os indígenas. O argumento apresentado era a ausência da pureza racial, afirmavam que os índios estavam “confundidos com a massa população”, o Estado Brasileiro favoreceu esses grandes proprietários, chefes políticos locais, que passaram a negar a presença indígena em terras dos antigos aldeamentos. Assumindo o discurso dos grandes proprietários, entre 1860 e 1880, o Governo Imperial decreta oficialmente a extinção dos aldeamentos em várias regiões do país (SILVA; FONSECA, 2002).

Nos documentos do período estão marcadas por denúncias de violências, pressões e espancamentos contra os índios. Tendo como consequências a dispersão de inúmeras famílias, que ficaram sem terras, e fugindo às perseguições. Diversos foram os rumos tomados, os que se deslocavam para locais de difícil acesso, mantiveram vivas a consciência étnica e suas tradições, e oficialmente, eram tidos como “caboclos” ou “remanescentes” de indígenas que tinham “desaparecidos”, como apresentados na perspectiva dos livros, e no qual foi incorporado pelo senso comum.

Diante das reações indígenas às invasões de suas terras, as imposições coloniais, as diversas formas de violência contra os povos indígenas, são marcas nesses 500 anos de Colonização. Ao longo da História do Brasil, foram cometidas diversas formas de violências contra os povos indígenas. Desde guerras, doenças transmitidas pelos colonizadores que exterminaram aldeias inteiras, a escravidão, ameaças e perseguições, os preconceitos, a violência cultural etc. (SILVA; FONSECA, 2002, p. 48 ).

Atualmente no Brasil, nas áreas mais antigas da Colonização, os conflitos provocados pelas invasões às terras das aldeias, nos últimos anos, vários índios foram assassinados. Apesar dos povos indígenas serem reconhecidos pelo Estado, as terras indígenas não estão totalmente regularizada, e em todas elas ocorrem conflitos por causa de invasões por terceiros. Em todas as áreas indígenas predomina o clima de tensão, em umas mais que em outras, os conflitos fundiários são mais violentos onde já ocorreram mortes indígenas.

Os povos indígenas em todo território Nacional fortaleceram as suas organizações, intensificaram as mobilizações pelo reconhecimento étnico enquanto buscando o reconhecimento de povos diferenciados, pelas demarcações, pelas conquistas e garantias dos seus direitos. Como também por uma assistência de saúde e educação diferenciadas, e ocupando cada vez mais um lugar no cenário político, pressionando para rever a História, superando equívocos, preconceitos, omissões e a tradicional ideia errônea de uma homogeneidade cultural no Brasil (SILVA; FONSECA, 2002).

## 2.2 ENSINO DE HISTÓRIA E OS MEIOS TECNOLÓGICOS

As inovações nos meios tecnológicos, proporciona uma mudança ao ensino, há causas externas e internas na função do professor e do ensino de história. As externas são as mudanças na sociedade, revolução científica e mudanças na cultura de uma época, e as causas internas o esgotamento de teorias e modelos tradicionais, que deve levar a busca de novas alternativas, como também o envolvimento dos estudantes com os meios de comunicação.

A mídia-educação é parte essencial dos processos de socialização das novas gerações, mas não apenas, pois deve incluir também populações adultas, numa concepção de educação ao longo da vida. Trata-se de um elemento essencial dos processos de produção, reprodução e transmissão da cultura, pois as mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania. Também é preciso ressaltar que as mídias são importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações. São, portanto, extremamente importantes na vida das novas gerações, funcionando como instituições de socialização, uma espécie de “escola paralela” mais interessante e atrativa que a instituição escolar, na qual crianças e adolescentes não apenas aprendem coisas novas, mas também, e talvez principalmente, desenvolvem novas habilidades cognitivas, ou seja, “novos modos de aprender”, mais autônomos e colaborativos, ainda ignorados por professores e especialistas (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083-4).



Ao abordar o ensino de história dentro da realidade brasileira, está se questionando também o que é ensinar em uma sociedade multicultural<sup>3</sup>, como aponta Maria Delfina Teixeira Scheimer (2010). Espaço educativo é o local onde existem valores e percepções sociais diferentes. Para que ocorra uma sociedade da informação seja uma sociedade plural, inclusiva e participativa, é necessário oferecer a todos os estudantes, as competências para saber compreender a informação, ter o distanciamento necessário à análise crítica, utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens (BÉVORT; BELLONI, 2009).

### **3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Na perspectiva das mudanças ocorridas nas últimas décadas nos modelos de comunicação, estes criaram uma forma de estar no mundo que desafia os professores, os estudantes e os sistemas de ensino. Os níveis de acesso e o uso das tecnologias de informação mostram o grau de autonomia do indivíduo e/ou do coletivo para obter informações, disseminar conteúdos, cumprir tarefas e buscar seus direitos. Entre os maiores desafios é alinhar os avanços técnicos com a boa transmissão dos conhecimentos tradicionais, dos conhecimentos universais, dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente e das histórias e culturas humanas, e outros.

Uma estratégia do uso de meios de comunicação, mostrando como é possível acompanhar as mudanças, produzindo e distribuindo conhecimento de forma acessível e inovadora. Antes da popularização da internet, a troca de informação audiovisual em nossa sociedade se dava basicamente entre um grande agente como: importantes emissoras privadas ou estatais, estúdios de cinema e rádios.

A marca do novo modelo que a internet proporciona é justamente a sua horizontalidade. Em vez de estabelecer a comunicação de forma hierarquizada, parte-se de agentes diversificados que se dirigem a públicos específicos que se beneficiam das tecnologias digitais, instituindo uma

---

<sup>3</sup> A existência de uma série de culturas diferentes na mesma sociedade.

comunicação em rede. Com pouca interferência dos grandes agentes, este novo formato está mudando o cenário da comunicação mundial<sup>4</sup>.

Sendo a internet um novo meio de sociabilidade, ela quebra os paradigmas sociais, mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação TICs, que colaboram com a construção de uma realidade social complexa e multifacetada dos povos e culturas em todo território nacional que passam por uma grande ressignificação do que é, no caso, a história, cultura e a identidade indígena. Contudo, essas ressignificações podem estar diretamente ligadas ao contato com as TICs.

### 3.1 REDES SOCIAIS *ONLINE*

As redes sociais online possibilitam, por exemplo, que lideranças indígenas mostrem aspectos da sua cultura, bem como suas reivindicações em diversas oportunidades, empoderando os sujeitos que passam a ser, de fato, protagonistas de sua história, construída com as suas perspectivas e visões do mundo, que são compartilhadas. Contudo, a “ciberdemocracia”<sup>5</sup> se torna uma realidade colocando em questão regimes autoritários, organizações, instituições tradicionais e culturas fechadas e desafiando o controle da informação pela mídia hegemônica em seus espaços de poder.

Considerando que as relações sociais vêm se expandindo no “ciberespaço”<sup>6</sup>, onde os povos indígenas já reivindicam como espaço político, como ocorrem entre diversos povos no território nacional. Onde predominam os povos indígenas que tradicionalmente são territórios de intensos fluxos socioantropológicos, essa nova maneira de resistência e reivindicação dos direitos dos povos, também denominado de “ciberativismo indígena”<sup>7</sup>, na utilização do

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Mídias índio(s):** Comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação.

<sup>5</sup> Conceito baseado na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) mas ainda não tem um conceito específico. Ler mais: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/>

<sup>6</sup> *cib* espaço das comunicações por redes de computação.

<sup>7</sup> **Ciberativismo** é uma forma de ativismo realizado através de meios eletrônicos, como a informática e a internet. Na visão dos que o praticam, o ciberativismo é uma alternativa aos meios de comunicação de massa

ciberespaço como mecanismo para obter apoio da sociedade e de pressão contra as instituições governamentais<sup>8</sup>.

### 3.2 INCLUSÃO DIGITAL INDÍGENA

A inclusão digital indígena começou como uma política pública, mas logo o setor privado começou a participar. Por outra via, os povos indígenas apresentaram um entusiasmo e uma vontade de aprender, porém foram críticos e questionadores a estes programas, sobretudo os governamentais, pela sua lentidão, burocracia e escassez de recursos<sup>9</sup>.

O caderno elaborado pela UNESCO mostra como as aldeias indígenas brasileiras já têm câmera digital e computador. Entretanto os povos indígenas querem mais, o exemplo disso, são os bororos da aldeia Meruri, no Mato Grosso. O projeto Meri Ore Oda (Morada dos Filhos do Sol) foi idealizado para promover a reconstrução da aldeia nos moldes tradicionais, o desenho circular da oca e as paredes de palha de babaçu, a partir do Baito, eixo espiritual da cultura bororo. O líder da tribo, Paulo Miriecoreu, conseguiu juntar os 500 bororos, jovens e velhos na defesa do patrimônio cultural de seu povo<sup>10</sup>.

Outros exemplos de impactos das mídias sociais na vida do povo indígena, são os Suruí-Aikewára, localizados no município de São Domingos do Araguaia, na região sudeste do Estado do Pará, onde os índios convivem hoje entre as tradições de suas origens e os artefatos da tecnologia de informação e comunicação<sup>11</sup>.

---

tradicionais, permitindo-lhes "driblar" o monopólio da opinião pública por estes meios, ter mais liberdade e causar mais impacto, ou é apenas uma forma de expressar suas opiniões.

<sup>8</sup> LIMA, Izaira Thalita da Silva; ARRAES, Raoni Lourenço de. **Índios na Rede: Um estudo sobre o ciberativismo indígena nas Redes Sociais Online.**

<sup>9</sup> MACHADO, Marjori. Etal. **Tecnologias de Informação e resistência indígena: um tema para o Serviço Social.**

<sup>10</sup> Ver: UNESCO. **TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO e INCLUSÃO: Indígenas recriam a própria imagem em vídeo.**

<sup>11</sup> A elaboração ocorreu no ano de 2014 na referida cidade.

A criação e o funcionamento do aikewara.blog.spot.com, sendo uma das possibilidades de usos sociais que delas podem fazer os povos indígenas. O uso de tecnologias como instrumento de resistência como ocorre na aldeia indígena Itaty em Palhoça em Santa Catarina<sup>12</sup>.

A rede “índios on-line”, que será apresentada adiante, é outro exemplo de ciberativismo...[a ideia é acrescentar um parágrafo que faça uma ligação com o que está trabalhando].

#### **4 DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

As atuais Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da Secretaria de Educação do Município de Itajaí – SME, entraram em vigência em 2015. Sua elaboração foi coordenada por profissionais selecionados pela própria SME e contou com a colaboração voluntária de professores de História que atuavam durante o período da elaboração na rede e que participavam de encontros para a discussão dos conteúdos e habilidades nos dias destinados ao cumprimento da hora atividade. As Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da SME é dividida entre anos, sendo: sexto, sétimo, oitavo e nono anos, e subdividida em quatro eixos. As divisões destinadas para cada ano de ensino seguem uma linha tradicional cronológica, ou seja, para o Sexto ano é proposto que ensine conteúdos da sobre o conceito de História, Pré-História (História Mundial, América, Brasil e Santa Catarina), no Sétimo ano, História Antiga, Medieval e Moderna (Mundial com perspectiva na Europa), Oitavo ano, História Moderna e início da História Contemporânea (Ocidental e ênfase na História do Brasil), e para o Nono ano, História Contemporânea (Mundial com ênfase na Europa e Brasil)<sup>13</sup>.

O critério de seleção dos conteúdos e habilidades utilizadas para a pesquisa foi primeiramente estarem citados explicitamente os conteúdos sobre a História e Cultura Indígena

---

<sup>12</sup>Para saber mais acesse o blog: aikewara.blog.spot.com.

<sup>13</sup> Os professores são orientados pelos supervisores a seguirem em ordem dos eixos das Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da SME, que trazem já os conteúdos e habilidades, sendo que fica a critério dos professores as estratégias, materiais e avaliações.

no Brasil, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da SME. Como conteúdo ou habilidade a ser trabalhada, ou seja, não foram selecionados temas que possam ser transversais. Como resultado, destacam-se nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História da SME os seguintes conteúdos relativos à História e Cultura Indígena no Brasil, para o Sexto ano e Oitavo anos:

**Sextos anos:**

<b>Conteúdos:</b>	<b>Habilidades:</b>
A origem do universo e do homem sob ótica científica, cultural e religiosa (Darwin, cristãos, budistas, indígenas, africanas, ...).	Comparar através de imagens e textos as diferentes visões a respeito da origem da vida no planeta.
<b>Quando começou a nossa história?</b> a-A diversidade dos povos pré-cabralinos: caçadores, coletores e agricultores (aspectos religiosos, culturais, políticos, sociais e econômicos)	Caracterizar o modo de vida dos primeiros habitantes das terras onde hoje é o Brasil, antes da chegada dos portugueses. Identificar através do uso de mapas a localização de ancestrais indígenas: homem da Lagoa Santa, Umbu, Sambaquianos.
<b>Os grupos indígenas em Santa Catarina: os Carijós, os Kaingáns e os Xoklengs.</b>	Comparar os diferentes povos indígenas de Santa Catarina, destacando saberes importantes para todos nós. Destacar a importância da preservação das reservas indígenas e o papel da FUNAI neste contexto. Identificar aspectos culturais da maior reserva indígena do Brasil: Parque XINGU.
<b>O contexto social dos povos indígenas na</b>	Entender a luta das populações indígenas pelo

<b>atualidade.</b>	reconhecimento de seus direitos.
--------------------	----------------------------------

**Oitavos anos:**

<b>Contéudos:</b>	<b>Habilidades:</b>
<b>Economia e sociedade açucareira.</b>	Compreender o início da colonização portuguesa a partir da produção açucareira.
a-Trabalho e resistência negra.	Identificar as diferentes formas de trabalho escravo. Compreender os quilombos como forma de resistência à escravidão no Brasil. Entender as estratégias para resistir e preservar elementos de sua cultura.
b-As relações de poder no processo de escravidão indígena e africana .	Identificar a violência e a escravidão como forma de exploração da mão de obra indígena e africana na colônia.
c-Revoltas das populações escravizadas.	Conhecer as formas de resistência à escravidão.
d-As relações de gênero na sociedade.	Conceituar relações de gênero identificando-as na sociedade colonial.
Abolição: a resistência dos escravizados, movimentos abolicionistas, a lei e a realidade, a vida difícil dos recém-libertos	Demonstrar que as leis de abolição do trabalho escravo trouxeram mais benefícios para os senhores do que para os escravos. Reconhecer a participação dos escravos, em especial a dos escravos aquilombados, no processo abolicionista. Identificar a resistência dos negros africanos

	<p>por meio da afirmação de sua cultura.</p> <p>Avaliar os reais impactos das leis abolicionistas no sistema escravista brasileiro.</p> <p>Valorizar a luta pela igualdade de direitos de negros, indígenas e mulheres.</p> <p>Refletir sobre as continuidades e rupturas nas formas de relacionamento social após a abolição.</p> <p>Valorizar a contribuição cultural africana na formação da sociedade brasileira.</p> <p>Assumir uma postura crítica contra qualquer forma de preconceito racial.</p>
--	---

## 5 REDE ÍNDIOS *ONLINE*

A rede “índios *online*” é um portal de diálogo intercultural, que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação de vários povos indígenas e da sociedade de forma geral. Tendo como objetivos a facilitação ao acesso à informação e comunicação por diferentes povos indígenas, estimular o diálogo intercultural, como também a promoção de pesquisa e estudo das culturas<sup>14</sup>.

Tendo surgido no nordeste, hoje atua em todo o território nacional, e conta com o apoio da Thydêwá, do Ministério da Cultura, e outros. A rede Índios *on-line* é composta por índios voluntários que tem como missão o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico de suas nações ao tempo que benefícios para todos os seres vivos sem distinção de nacionalidade, raça, cor, crença, e trabalhando constantemente para o seu qualificar e ter mais autonomia a cada dia. Atualmente a rede tem uma gestão compartilhada entre quatro povos indígenas totalizando

---

<sup>14</sup> Para saber mais e conhecer o site, acesse: [www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net).

cinco gestores: Alex Makuxi de Roraima, Patrícia Pankararu de Pernambuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas e Fábio Titiah e Yonana Pataxo hã hã hãe da Bahia.

As propostas da rede Índios *on-line* são a promoção do respeito pelas diferenças, promover o conhecimento e reflexão sobre a situação atual dos povos indígenas, salvaguardar os bens imateriais mais antigos do Brasil. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, vídeos) sobre os povos indígenas para o Brasil e o Mundo. Como também o resgate, a preservação, atualização, valorização e a projeção das culturas indígenas, visando complementar e enriquecer os processos de educação escolar diferenciada multicultural indígena, e a qualificação dos povos indígenas para garantir os direitos.

Dentro dos povos indígenas que hoje participam do projeto, dentro da aldeia ou comunidade há responsáveis, índios jovens e adultos, homens e mulheres, que com maior ou menor frequência se vinculam no projeto. O uso da internet se faz através das suas próprias aldeias, casas, *lan houses*, escolas e universidades realizando uma aliança de estudo e trabalho em benefício das comunidades indígenas e do mundo.

Na perspectiva de crescimento e aperfeiçoamento a rede “índios *online*” estão em busca atualmente de novos parceiros para desenvolver novas áreas, como a sustentabilidade, voluntários para traduções, assistência técnica em informática, apoio de divulgação e articulação, e também precisam de apoio para colocar na internet outros povos indígenas. O portal é uma oportunidade também de divulgação dos eventos, das lutas em relação às terras.

## **6 ARTIGOS DA REDE ÍNDIOS *ONLINE***

A rede “índios *online*” tem mais de 3000 artigos postados, sendo 29 no ano de 2016<sup>15</sup>. Os artigos começaram a serem postados a partir de 14 de Julho de 2005, o primeiro artigo é intitulado de “O velho índio”. Há uma diversidade de tipos textuais narração, descrição, dissertação, argumentação, informação, e entrevista. Há diversidade também quanto aos gêneros textuais e orais como, fábulas, músicas, poesias crônicas, relato de experiência vivida, testemunho, casos, notícia, reportagem, relato histórico, ensaio, textos de opinião, diálogo

---

15 O período analisado foi de março até outubro.



argumentativo, deliberação informal, debate regrado, assembleia, resenha crítica, artigos de opinião e outros. Há diversidade de produção de materiais audiovisuais, como ocorre com os textos escritos.

Para o presente trabalho foram selecionados artigos de autoria de indígenas no ano de 2016, por tratar de aspectos da atualidade das comunidades indígenas, sendo, um dos conteúdos das Diretrizes do SME de Itajaí, que permite abordar outros temas, como também temas transversais. Do mês de janeiro até o mês de Outubro de 2016 foram postados 29 artigos na rede “índios *online*”, destes foram excluídos avisos, relatos de reunião, crônicas, vídeos e arquivos com problemas técnicos, ficando 16 artigos a serem descritos.

Todos os autores se declaram indígenas, e sendo possível ter acesso às suas redes sociais, que estão indicadas na própria rede, como também a outros textos e sites. Os autores que escreveram no ano de 2016 foram: Casé Angatu, Ararawã, Rayane Karir, Sanna Karapoto, Potyra Tê Tupinambá, Fabrício Titiah, Rodrigo Rocha Titiah, Luciano Pankararu, Alexsandro Potiguara, Indycumuru Indycumuru e Yakuy Tupinambá.

## 6.1 A REDE “ÍNDIOS ONLINE” & SALA DE AULA

O método utilizado e sugerido em sala de aula com os artigos produzidos por indígenas, primeiramente mostrar a rede “índios *online*”, contextualizar a rede, como também o porquê de ensinar as histórias e culturas indígenas, informar da lei 11.645/2008, e as finalidades de sua existência. E além disso, é um caminho para proporcionar a discussão pelos próprios autores da história a ser narrada e ensinada, que diminui a distância entre “passado” e “presente”.

O primeiro artigo intitulado de “Kariri-Xoxó não quer lixo” escrito por Rayane Kariri, na data de 8 de março de 2016, mostra por meio de fotos com legendas, os problemas ocasionados por acúmulo de lixo na cidade de Porto Real do Colégio/AL. Alertando que se nada for feito pode desencadear problemas como *zika* vírus e dengue, e pede medidas de saneamento básico e coleta de lixo.

O segundo artigo também relacionado com o tema lixo e meio ambiente, intitulado de “Acúmulo de lixo traz problemas para Karapotó Plak-ô”, escrito por Sanna Karapoto, em 10 de março, mostra por meio de fotos com legendas, os problemas ocasionados por acúmulo de lixo no município de São Sebastião/AL. A poluição de lixo também foi discutido em “O lixo nas Comunidades Indígenas Pataxó de Cumuruxatiba”, escrito por Indycumuru Indycumuru, na data de 29 de março de 2016.

Outro artigo abordando questões sobre a poluição do meio ambiente, intitulado de “Rio que te quero vivo!” de autoria de Fabrício Titiah, postado em 18 de março de 2016, utilizando fotos e legendas, mostra as condições que o rio que está poluído e secando. O artigo traz reivindicações de saneamento básico, e expõem relação e a importância do rio com a cultura indígena.

Sobre a questão da água o artigo intitulado de “Os Indígenas tem direito a beber a água que está em seu território?” postado por Potyra Tê Tupinambá, em 14 de março de 2016. O artigo relata que a Aldeia Dois Irmãos localizada em Cumuruxativa, Município de Prado/BA que está localizada o povo Pataxó, está passando por sérias dificuldades por falta de água, devido ao desvio do rio. O Desvio ocasionou a falta de água para a população indígena, e como mostra as fotos, as crianças estão sendo afetadas pela falta de água nas escolas.

O artigo “Plantando sementes para colher bons frutos” por Rodrigo Rocha Titiah, postado em 13 de outubro de 2016, traz questões ambientais sobre as mudanças climáticas, desmatamento, falta de demarcação de terras indígenas, e toma posicionamento contra as atuais medidas do governo com a PEC 215.

Como estes artigos é possível trabalhar com temas transversais como o Meio Ambiente mostrar que as mesmas situações e problemas que ocorrem no Brasil, ocorrem nas populações indígenas, mas o importante é apontar como são feitas as reivindicações e os mecanismos de argumentos utilizados, como por exemplo, “Em prol do nosso meio ambiente e sobretudo nosso bem-estar”<sup>1</sup>. Como as reivindicações das populações indígenas não são pensadas apenas para o seu grupo, mas visando a melhoria para todos na sociedade independente de qual a etnia e origem. Aspecto importante a ser trabalhado é a relação das populações indígenas e a importância do meio ambiente para as suas subsistências.

## 6. 2 LUTA E REIVINDICAÇÕES POR SEUS DIREITOS

Descrevendo as péssimas condições que estudantes estão passando, texto de autoria de Ararawã, descreve realidade do cotidiano escolar, no artigo “Governo do Estado da Bahia deixa crianças indígenas sem merenda escolar”, postado em 14 de setembro de 2016. Além da falta de merendo escolar, que é dever do governo, relata a má infraestrutura e as dificuldades que os estudantes passam para poder estudar.

Sobre as identidades indígenas, e a falta de conhecimento, divulgação e esclarecimentos sobre as histórias e culturas indígenas do Brasil que criam os estereótipos estão presentes nos temas dos artigos, como no artigo de “Alguém sabe que dia é hoje?” escrito por Alexsandro Potiguara, postado em, 19 de abril de 2016, e “Quando seu filho chegar hoje em casa todo lindo pintadinho de índio batendo na boca e fazendo Hu HU Hu... conte a verdade pra ele!” por Potyra Tê Tupinambá, em 19 de abril de 2016. Abordando os esteriótipos e a falta de conhecimento das histórias e culturas indígenas do Brasil. Comenta sobre o costume de pintar a crianças batendo na boca e fazendo Hu Hu Hu, sendo esta uma prática de índios da América do Norte, e não dos nativos do Brasil.

“O olhar indígena na situação atual do Brasil (O Brasil precisa nascer de novo do Útero de uma Índia)”, postado por Yakuy Tupinambá em 18 de março de 2016. Questiona as mobilizações sociais ocorridas naquele período, e aponta “Isso aqui nunca foi um país independente, nunca houve de fato a abolição da escravatura e os heróis são falsos, vivemos um autoritarismo orquestrado por uma elite fascista impregnada de valores colonialistas”. Na mesma perspectiva de posicionamento de refletir sobre as mobilizações sociais ocorridas no ano de 2016, o artigo intitulado de “Nada veio fácil para nós! São 516 anos que sofremos golpes atrás de golpes”, postado por Potyra Tê Tupinambá em 01 de setembro de 2016, traz discussões que para além das reivindicações das mobilizações, outras questões precisam ser vistas, como as demarcações terras, as violências sofridas no passado e na atualidade sofridas pelas populações indígenas, e afirma “Mas nós Povos Indígenas sempre lutamos pelo que acreditamos: nos pintamos, colocamos nossos mais belos adereços e partimos para a luta! Fechamos pistas,

ocupamos espaços públicos, gritamos até sermos atendidos. O povo brasileiro precisa agora lutar! Nós lutaremos também!”.

Terra e as Demarcações de Terras assunto que não pode deixar de ser discutido em sala de aula é tema decorrente dos artigos da rede “índios *online*”, são vários artigos que exploram este tema e estão presentes nos artigos intitulados “Porque a ONU, igreja, anistia internacional, OIT e outras entidades não rompem relações com o Estado brasileiro após mais este massacre contra os Guarani Kaiowá?” escrito por Casé Angatu, em 19 de junho de 2016. Casé Angatu é autor de vários artigos que discuti as questões sobre a terra e demarcação, postado em 15 de junho de 2016, “Muita dor e revolta! O Estado Brasileiro é corresponsável por mais este crime contra o povo Guarani Kaiowá”, e outro “Ruralista incita o acirramento da violência contra o povo Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) e revela plano para impedir as demarcações dos territórios indígenas na região e em todo país” em 02 de junho de 2016. Outro artigo sobre demarcação de autoria de Indycumuru Indycumuru, em 17 de março de 2016, “Pataxó do Território Indígena de Cumuruxatiba estão sob ameaça de expulsão de suas Terras”. Os quatro artigos expõem as consequências sofridas pelas populações indígenas pela falta de demarcação, as violências sofridas e a negligência do governo brasileiro. E busca reflexões sobre o direito, cuidado e importância da terra, para as populações indígenas.

A luta e reivindicações das populações indígenas é importante para mostrar a realidade da atualidade das populações indígenas, quais são as necessidades e como lutam para conquistar seus direitos e manter e divulgar as suas tradições, culturas e histórias.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A lei n 11.645/2008 tem a importância de garantir as discussões sobre a cultura indígena e africana, foi um passo importante, mas ainda é possível e preciso aprimorar mais as discussões e as perspectivas sobre as temáticas indígenas e africanas. Cabe ressaltar que a lei trata no singular indígena e africana, sendo assim, mas uma importância trazer as discussões para a sala de aula.

Mesmo que as Diretrizes que norteiam os currículos continue seguindo um modelo de uma perspectiva tradicional, há a possibilidade de proporcionar um viés que esteja mais próximas das discussões acadêmicas e sociais. Um meio para que isso ocorra é abordar as temáticas indígenas pela perspectiva das próprias populações indígenas. Com difusão das TICs e as produções de materiais de autoria indígenas, o caminho para o uso em sala de aula na educação básica está mais facilitado.

A perspectiva dos indígenas sobre a sua história e cultura, perpassa os conhecimentos sobre a história do Brasil, contribui para uma consciência de pertencimento dos povos indígenas como parte integrante e fundamental da sociedade brasileira, e respeito a diversidade.

Há uma gama de possibilidades de usos em sala de aula na educação básica sobre as indígenas com a utilização da rede “índios *online*”, que não foram abordados no trabalho, como por exemplo, as variedades linguísticas, o uso escrito de português brasileiro, no caso dos textos. Que apresentam desvios ortográficos e concordância entre adjetivo, substantivo e verbo, que devem estar relacionados com fenômenos linguísticos, que mereceriam mais investigações. As produções artísticas, crônicas, músicas, pinturas e as outras expressões, que tão ricas nas populações indígenas, que por limite da pesquisa não foram abordados. Outros aspectos relacionados às histórias e culturas indígenas na atualidade, poderiam ser mais explorados, há mais possibilidade de exploração em sala de aula, este apresentado é apenas uma parcela, um jeito, um começo.

Saneamento básico, perseverança do meio ambiente, água, merenda, demarcações de terras, visibilidade, reconhecimento de suas identidades, histórias e culturas, são reivindicações indígenas que contribuem para conhecimento e construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva., que não é apenas reivindicações de populações indígenas, mas de país. Se o Brasil que ser o país do futuro e acabar com os problemas desigualdade sociais, é preciso reconhecer os problemas causados no passado e na atualidade e começar a discutir e solucionar.

## REFERÊNCIA

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BEVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. *Educ. Soc.*[online]. 2009, vol.30, n.109, pp.1081-1102. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000400008>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

COSTAL, Alda Cristina. **A comunidade indígena e o mundo tecnológico: reflexões sobre os impactos das mídias sociais na vida dos Aikewára**. Disponível em: < > Acessado em: 01/07/2016.

FERREIRA, Lucimar Luisa; ZOPPI FONTANA, Mónica G. **VOZES INDÍGENAS NA REDE DIGITAL: ANÁLISE DE BLOGS**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/11.pdf>> Acessado em: 01/07/2016.

FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. **Empoderamento e Configurações da Mulher Indígena**. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/mesas\\_redondas/MR\\_Ferreira.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais12/artigos/pdfs/mesas_redondas/MR_Ferreira.pdf)> Acessado em: 01/07/2016.

LEAL, Pedro Paulo dos Santos. **Presença indígena na internet: exclusões, convergências e o aikewara.blogspot.com**. Disponível em: <<http://breadosonline.blogspot.com.br/2013/03/presenca-indigena-na-internet-exclusoes.html>> Acessado em: 01/07/2016.

LIMA, Izaira Thalita da Silva; ARRAES, Raoni Lourenço de. **Índios na Rede: Um estudo sobre o ciberativismo indígena nas Redes Sociais Online**. Disponível em: <<http://breadosonline.blogspot.com.br/2013/03/presenca-indigena-na-internet-exclusoes.html>> Acessado em: 01/07/2016.

MACHADO, Marjori. Etal. **Tecnologias de Informação e resistência indígena**: um tema para o Serviço Social. Disponível em: <<http://breadosonline.blogspot.com.br/2013/03/presenca-indigena-na-internet-exclusoes.html> > Acessado em: 01/07/2016.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Mídias índio(s)**: Comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação. Disponível em: <[http://laced.etc.br/site/arquivos/Midia\\_indios.pdf](http://laced.etc.br/site/arquivos/Midia_indios.pdf)> Acessado em: 01/07/2016.

PINTO, Alejandra Aguiar. **A Inclusão Digital Indígena**: na sociedade da informação. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães; **Ensino de História hoje**: errâncias, conquistas e perdas. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf)> Acessado em: 08/07/2016.

#### SITES VISITADOS:

[www.indiosonline.net](http://www.indiosonline.net)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)